

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 45ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissão

2 – COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

3 – MANIFESTAÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 29/6/2022

Presidência do Deputado Charles Santos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 3.823, 3.824, 3.826 e 3.827/2022; Requerimentos n°s 11.448 e 11.450 a 11.470/2022 – Comunicações: Comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho – Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Bosco – Braulio Braz – Carlos Pimenta – Charles Santos – Coronel Henrique – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fernando Pacheco – Glaycon Franco – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme.

Abertura

O presidente (deputado Charles Santos) – Às 14h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Roberto Andrade, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 9.656/2021, da Comissão de Defesa do Consumidor. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.118/2022, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.195/2022, da Comissão de Educação. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.221/2022, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Saúde, prestando informações relativas ao Requerimento nº 11.223/2022, da Comissão de Saúde. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.823/2022

Declara de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Santa Rita do Sapucaí, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Protetora dos Animais de Santa Rita do Sapucaí, com sede no Município de Santa Rita do Sapucaí.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de junho de 2022.

Ulysses Gomes, líder da Minoria (PT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Meio Ambiente, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.824/2022

Declara de utilidade pública a Associação dos Proprietários das Chácaras Paraíso, com sede no Município de Santana do Paraíso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Proprietários das Chácaras Paraíso, com sede no Município de Santana do Paraíso.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de junho de 2022.

Celinho Sintrocel (PCdoB)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.826/2022

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizado o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel constituído por 3461.49 m² (três mil e quatrocentos e sessenta e um mil e quarenta e nove metros quadrados) a ser desmembrado, conforme descrição do anexo dessa lei, do imóvel com área de 100 (cem) Hectares, no local denominado Morro Vermelho, naquele município, que tem procedência registral à Matrícula nº 1496, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Diamantina.

Parágrafo único – O imóvel descrito no *caput* destina-se à construção de um Centro Cultural.

Art. 2º – O imóvel que trata essa lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 28 de junho de 2022.

Gustavo Santana (PL)

Justificação: O imóvel do projeto de lei em apreço pertence ao Instituto De Geoinformação e Tecnologia – IGTEC –, vinculado à Secretaria de Estado e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, está situado no lugar denominado Morro vermelho. Atualmente o terreno encontra-se sem utilidade.

O imóvel vai de encontro as necessidades do município de Diamantina, que tem por finalidade a construção de um centro cultural na cidade.

Mister salientar, que a população Diamantinense será a maior beneficiada, uma vez que tal empreendimento trará desenvolvimento social e cultural para o município e região.

Em face do exposto, conto com a anuência dos nobres pares para a aprovação dessa preposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.827/2022

Dispõe sobre a desafetação dos trechos de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doar as áreas correspondentes ao Município de Coluna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam desafetados os trechos da Rodovia MG-117, nos segmentos respectivamente compreendidos entre os Km-27,5 ao Km-27,8; do Km 41 ao Km 41,8 e Km-51,5 ao Km-52,3.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Coluna as áreas correspondentes aos trechos de rodovia de que trata o art. 1º.

Parágrafo único – As áreas a que se referem o *caput* passam a integrar o perímetro urbano do Município de Coluna e destinam-se à instalação de via urbana.

Sala das Reuniões, 28 de junho de 2022.

Gustavo Valadares (PMN)

Justificação: O projeto tem por objetivo a transferência ao Município de Coluna, dos trechos do perímetro urbano, no percurso da Rodovia MG-117, nos segmentos respectivamente compreendidos entre a Ponte do Calhetão no Km-27,5 sentido Itamarandiba – Coluna até o Km-27,8; do Povoado dos Crentes no Córrego Jácome, Zona Rural no Km 41 até o Km 41,8 e o trecho entre o Trevo de Coluna-MG no Km-51,5 até o Bar do Sr. Murilo no Km-52,3, por se tratarem de trechos urbanos.

O município pretende assumir a responsabilidade pelos trechos para manter em boas condições a via e dar uma melhor resposta às demandas da população.

Na certeza de poder contribuir para o desenvolvimento regional, peço apoio na aprovação da presente proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.448/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao presidente da Mineração Serra Leste, em Guanhães, pedido de informações consubstanciadas no Estudo de Impacto Ambiental – EIA –, no Relatório de Impacto Ambiental – Rima – e em outros estudos sobre os impactos socioeconômicos do projeto de expansão da Mina Candonga, e no plano de reparação dos danos para todos os atingidos, identificados nos estudos de impacto socioeconômico. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 11.450/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais pedido de providências com vistas a fomentar a ampliação do número de vagas de contratação na modalidade de aprendizagem nos municípios mineiros, priorizando os municípios de pequeno porte.

Nº 11.451/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a ampliação da divulgação da cartilha “Entender para Combater: Trabalho Infantil”, elaborada pela Coordenadoria Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente dessa secretaria, ampliando-se o alcance das informações sobre o tema na sociedade, especialmente em municípios e regiões com maior incidência de trabalho infantil.

Nº 11.452/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre a atuação da corporação no auxílio às atividades de combate ao trabalho infantil no Estado. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.453/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que desenvolvam, de forma articulada, estratégias para divulgar as informações sobre o funcionamento do programa de aprendizagem para adolescentes e jovens de 14 a 24 anos no Estado, para ampliar a disponibilidade de vagas para o programa e facilitar o acesso dos adolescentes a essas vagas.

Nº 11.454/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado aos deputados federais por Minas Gerais na Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.116/2022, Franco Cartafina Gomes, Mauro Ribeiro Lopes e Lucas de Vasconcelos Gonzalez, pedido de providências para que se manifestem contrariamente à sua aprovação, por, entre outras disposições, reduzir as vagas para a contratação de adolescentes e jovens na modalidade aprendiz.

Nº 11.455/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para formalização de parceria com a Polícia Rodoviária Federal para utilização dos dados da pesquisa "Mapear", realizada por essa instituição, nas ações de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente.

Nº 11.456/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para capacitação dos conselheiros tutelares na temática do enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente.

Nº 11.457/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para equipar as delegacias para o atendimento dos casos de violência sexual contra criança e adolescente e para dar celeridade aos processos envolvendo crimes de violência sexual praticados contra esse público.

Nº 11.458/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a ampliação dos recursos dessa secretaria destinados às ações de enfrentamento à violência sexual contra a criança e o adolescente no Estado.

Nº 11.459/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para que sejam realizados encontros regionais e estadual com adolescentes para a formação e o fortalecimento da prevenção à violência sexual, capacitando-os para atuar na mobilização social e na elaboração de políticas públicas, estimulando o protagonismo juvenil, conforme demanda apresentada pelo Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Minas Gerais – Fevcamg.

Nº 11.460/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Polícia Rodoviária Federal em Brasília pedido de providências para rever a Portaria DG/PRF nº 456, de 3 maio de 2022, e para reativar as Comissões Regionais de Direitos Humanos e as Bases Descentralizadas de Direitos Humanos no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 11.461/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações desenvolvidas pela secretaria de que é titular para fomento dos canais de denúncia de violência sexual contra crianças e adolescentes, uma vez que ainda não existe campanha permanente para enfrentamento desse tipo de violência no Estado, e para a capacitação da rede de proteção da criança e do adolescente na utilização das ferramentas existentes para denúncia. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.462/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal em Brasília pedido de informações sobre os motivos que levaram à edição da Portaria DG/PRF Nº 456, de 3 de maio de 2022, que extinguiram as Comissões Regionais de Direitos Humanos e as Bases Descentralizadas de Direitos Humanos no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e sobre a reestruturação da sua atuação no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nº 11.463/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para o fortalecimento dos centros regionais de direitos humanos e para a realização de campanha permanente com vistas ao enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente no Estado.

Nº 11.464/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e à Comissão Mista da Medida Provisória Nº 1116/2022 pedido de providências para que se manifestem contrariamente à aprovação da referida medida provisória, que, entre outras disposições, reduz as vagas para contratação de adolescentes e jovens na modalidade de aprendiz.

Nº 11.465/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as providências adotadas pela secretaria de que é titular para identificar e atender as crianças e os adolescentes que evadiram da escola em razão da pandemia de covid-19. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 11.466/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para realizar pesquisas oficiais sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no Estado, com levantamento de dados sobre as características da vítima, tais como gênero, idade, raça, relação com o violador, entre outras, para nortear as políticas públicas de enfrentamento a esse tipo de violência.

Nº 11.467/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a execução da emenda popular ao PPAG, no exercício de 2022, que destinou recursos para o Programa Minas Agindo em Rede com vistas a sua expansão. (– À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 11.468/2022, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para capacitar os conselheiros tutelares para a utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Sipiá – e para fomentar os municípios com vistas à utilização desse sistema.

Nº 11.469/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do Tático-Móvel de Vespasiano pelo resgate de uma recém-nascida que estava engasgada e não apresentava sinais de respiração. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 11.470/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da apreensão de aproximadamente três toneladas de maconha na região da Pampulha, em Belo Horizonte. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

– É também encaminhada à presidência comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho.

Questão de Ordem

O deputado Roberto Andrade – Sr. Presidente, deputado Charles Santos, Srs. Deputados remotamente, servidores, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV Assembleia por questão de ordem. Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o deputado que esta subscreve apresenta, nos termos regimentais, questão de ordem para que, observado o disposto no art. 82, XV, do Regimento Interno, que atribui ao presidente da Casa a competência para interpretar as regras regimentais e sanar dúvidas acerca de sua aplicação, o que inclui, certamente, a revisão, se pertinente, das decisões já exaradas, sejam novamente analisados e revistos os argumentos anteriormente apresentados em questão de ordem pretérita, para que seja reformulada a decisão que determinou a extinção do Bloco Parlamentar Luiz Humberto Carneiro. Para tanto, solicita que seja reavaliada a argumentação anterior e que seja reconsiderado o fundamento regimental já apresentado, que se apoia no disposto pelo art. 71, § 6º, do Regimento Interno, o qual prevê expressamente que a extinção de bloco parlamentar depende de iniciativa de representação partidária, e não apenas de ação individual de parlamentar. Solicita, ainda, que seja levada em conta a situação política excepcional vivida no

Parlamento mineiro e, como de resto, em todas as casas legislativas do País, em que a grande migração de parlamentares entre representações partidárias afetou profundamente o quadro político anterior. Dada essa excepcional situação, não se pode considerar adequado e pertinente ao regime democrático o impedimento de recomposições partidárias que permitam o pleno exercício da representação política. Pelos motivos já expostos anteriormente e reiterados nesta questão de ordem, solicita-se, portanto, a revisão da decisão anterior, em que se considerou extinto o Bloco Parlamentar Luiz Humberto Carneiro, e que sejam adotadas as providências administrativas para que sejam restauradas as prerrogativas regimentais do mencionado bloco. Obrigado, presidente.

O presidente – Eu é quem agradeço ao deputado Roberto Andrade. A questão de ordem de V. Exa. será respondida oportunamente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Não havendo oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 11.450, 11.451, 11.453 a 11.459, 11.462 a 11.464, 11.466 e 11.468/2022, da Comissão do Trabalho. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 30, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/6/2022

Às 10h9min, comparece à reunião o deputado Cristiano Silveira (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do Bloco Democracia e Luta), membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelo membro da comissão presente. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater a ação de violência política contra as pessoas presentes no evento do ex-presidente Lula e do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, em Uberlândia, no dia 15/6/2022. Registra-se a presença das deputadas Andréia de Jesus e Leninha. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Joana D'Arc, advogada dos atingidos; Conceição Leal, militante do Movimento Negro; Dandara Tonantzin Silva Castro, vereadora da Câmara Municipal de Uberlândia e Gilmar Machado, ex-prefeito de Uberlândia, ex-deputado federal e estadual. A presidência concede a palavra à deputada Andréia de Jesus, co autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.718/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Jaqueline Aparecida David pela relevante atuação como educadora na Escola Estadual Lurdes de Carvalho, no Município de Uberlândia;

nº 12.719/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Tompson Temponi Costa pela relevante atuação na promoção da segurança parlamentar, necessária à garantia da democracia no Estado;

nº 12.720/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Júnior Márcio Rodrigues Silveira pela relevante atuação na promoção da segurança parlamentar, necessária à garantia da democracia no Estado;

nº 12.721/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Israel Cohen Persiano, pela relevante atuação na promoção da segurança parlamentar, necessária à garantia da democracia no Estado;

nº 12.722/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Sr. Leonardo Soares dos Santos, pela relevante atuação na promoção da segurança parlamentar, necessária à garantia da democracia no Estado;

nº 12.725/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja realizada audiência pública para debater as possíveis violações de direitos humanos dos servidores do Instituto de Previdência Social de Betim – Ipreamb – e demais servidores efetivos desse município, considerando-se as denúncias de perseguição, assédio moral e tortura psicológica;

nº 12.737/2022, das deputadas Andréia de Jesus e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as consequências do fim da suspensão de despejo e desocupações para os direitos humanos, em decorrência da decisão no âmbito da ADPF nº 828, que estendeu os efeitos da Lei Federal nº 14.216, de 2021, até 30 de junho de 2022;

nº 12.738/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Daniele do Amaral Silva pela relevante atuação como médica pediatra no Hospital Municipal São Judas Tadeu, em Ribeirão das Neves;

nº 12.739/2022, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja formulado voto de congratulações com Neuza Soares Medeiros pela ampla e relevante dedicação à medicina há 41 anos, no Município de Belo Horizonte.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de junho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

– O presidente despachou, em 29/6/2022, a comunicação do deputado Betinho Pinto Coelho em que notifica o falecimento de Newton Roberto Leme, ocorrido em 28/6/2022, em São Paulo. (– Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Minérios Itaúna Ltda. – Minerita –, pelos 50 anos de sua fundação (Requerimento nº 10.205/2021, do deputado Gustavo Mitre);

de congratulações com o Sr. Flávio Roscoe pela sua recondução à presidência da Federação das Indústrias de Minas Gerais – Fiemg –, pelas ações em defesa das indústrias de Minas Gerais e ações cristãs e humanitárias destinadas aos cidadãos que foram vítimas das chuvas e enchentes. (Requerimento nº 10.274/2022, do deputado Carlos Henrique);

de congratulações com o Sr. José Eugênio de Aguiar pela reeleição ao cargo de diretor-presidente do Sindicato das Empresas de Turismo no Estado de Minas Gerais – Sindetur-MG (Requerimento nº 10.569/2022, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia);

de congratulações com o Sr. Maurizio Fedeli por sua escolha para o cargo de cônsul da Itália em Minas Gerais (Requerimento nº 10.667/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Rafael Milagres Macedo Pereira por sua eleição para o cargo de presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais – Minaspetro. (Requerimento nº 10.668/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá – Aciei – pelos importantes trabalhos prestados para a cidade de Itajubá nesses 97 anos de sua existência, a comemorar-se no dia 30 de abril de 2022 (Requerimento nº 10.931/2022, do deputado Dalmo Ribeiro Silva).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/6/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Adriele Freire Nogueira Andrade, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde;

exonerando Albano Silveira Machado, padrão VL-29, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

exonerando Alexandre Marcio Cosso Gomes, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando Deborah Rubiana de Souza, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

exonerando Fabiano Galletti Tolentino, padrão VL-51, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Flávia Cardoso Naves, padrão VL-24, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Guilherme Nasser Silverio, padrão VL-40, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bernardo Mucida;

exonerando Juliana Torres Gallindo Moura, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Luiz Roberto Andrade Santos, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Redação;

exonerando Marcio Rodrigues Cordeiro, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Maria do Carmo Silva Vidigal Viana, padrão VL-38, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

exonerando Marli Gava da Silva, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Coronel Henrique;

exonerando Osmando Pereira da Silva, padrão VL-54, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Regina Silva Moreira de Faria, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Mitre;

exonerando Reinaldo Lucio da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

exonerando Ricardo Augusto da Costa Campos, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

exonerando Ricardo Luiz de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

exonerando Robson Paiva Zanola, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Roselaine de Almeida Braga, padrão VL-24, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Alexandre Marcio Cosso Gomes, padrão VL-17, 8 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Redação;

nomeando Diego Ramos Batista Rainha, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Hélia Maria Gonçalves Santana, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Reis;

nomeando Janaína Borges Vieira, padrão VL-46, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fernando Pacheco;

nomeando Luiz Roberto Andrade Santos, padrão VL-52, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Virgílio Guimarães;

nomeando Maria do Carmo Silva Vidigal Viana, padrão VL-44, 4 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Saúde;

nomeando Monica Messias, padrão VL-13, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr.;

nomeando Roger de Matos Gonçalves, padrão VL-30, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Professor Wendel Mesquita;

nomeando Vanessa Luzia da Silva Amorim, padrão VL-32, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado João Vítor Xavier;

nomeando Werlison Aparecido Martins, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 13/2022

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 23/2022

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de modernização de elevadores e prestação contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, em elevadores nas edificações da ALMG, a sessão pública virtual fica adiada para as 10 horas do dia 14/7/2022.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2022.

Wamberto Dias da Silva, diretor-geral em exercício.

**ERRATAS****ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/3/2022**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 19/5/2022, na pág. 59, após a frase “A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão.” inclua-se o seguinte:

“A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Ana Maria Soares Valentini, secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (6/10/21), e Cláudia Ferreira Pacheco de Freitas, secretária-geral do Ministério Público de Minas Gerais (28/10/2021); e dos Srs. Leorges de Araújo Rodrigues, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (6/10/21), Carlos Dalmo Moreira (3), oficial do Registro de Imóveis do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itamarandiba (7/10/20), e Fernando S. Marcato, secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (28/10/2021).”

ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/6/2022

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 30/6/2022, na pág. 30, sob o título “Requerimentos”, acrescente-se, após o resumo do Requerimento nº 11.327/2022, o seguinte despacho: “(- À Comissão de Transporte.)”